

# **Discurso do Coordenador do Grupo de Trabalho Memorial da Democracia<sup>1</sup> Prof. Dr. Manoel Severino Moraes de Almeida<sup>2</sup>**

Exmo. Governador do Estado – Paulo Camara

Exmo. Prefeito do Recife João Campos

Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco - Oscar Barreto

Secretário de Justiça e Direitos Humanos - Cloves Eduardo Benevides

Ex Membros da Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Camara Dr Henrique Mariano, Nadja Maria Miranda Brayner e José Áureo Rodrigues Bradley; Ex Assessores da Comissão da Verdade – Joelma Gusmão Lima; Rafael Leite Ferreira; Teresa Cristina Wanderley Neves; Zélia Maria Pereira da Silva.

---

<sup>1</sup> Grupo de Trabalho “Memorial da Democracia de Pernambuco”. Vinculado à Vice-Governadoria, o GT criado pelo Decreto nº 51.751, em 3 de novembro de 2021, tem a finalidade de apontar propostas e formatos para apresentar ao público a história das lutas de resistência e de construção da cidadania do povo pernambucano até as lutas pela democracia e o trabalho resultante da Comissão da Verdade.

Integram: ATO DO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2021. Nº 3687 - Designar, tendo em vista o Decreto nº 51.751, de 03 de novembro de 2021, para compor o Grupo de Trabalho “Memorial da Democracia de Pernambuco” como representantes do Governo do Estado: da Vice-Governadoria, JOSEFA LÚCIA DE ANDRADE SIQUEIRA; da Secretaria da Casa Civil, JOSÉ MAURÍCIO VALLADÃO CAVALCANTI FERREIRA; da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, EDUARDO GOMES DE FIGUEIREDO; da Secretaria de Cultura, GILBERTO DE MELLO FREYRE NETO; da Procuradoria Geral do Estado, MARCELO CASSEB CONTINENTINO; do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, JOSÉ EVALDO COSTA; e da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, IGOR PESSOA BURGOS; como representantes Convidados: o Jornalista e Pesquisador, FÉLIX GALVÃO BATISTA FILHO; o Advogado e Professor Universitário, FERNANDO JOSÉ PEREIRA DE ARAÚJO; a Economista e Pesquisadora – LILIA MARIA PINTO GONDIM; o titular da Cátedra UNESCO/UNICAP de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, MANOEL SEVERINO MORAES DE ALMEIDA; a Professora Emérita da UFPE, MARIA DO SOCORRO FERRAZ BARBOSA; o Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco, RICARDO VAN DER LINDEN DE VASCONCELLOS COELHO; o Advogado e Assessor Especial da Prefeitura do Recife, ROBERTO FRANCA FILHO; e Casa Civil Pedro Henrique Wanderley e o jornalista, anistiado político Pedro de Oliveira. Marcelo Santa Cruz – Representando a Prefeitura do Recife.

<sup>2</sup> Professor de Direito da Escola de Ciências Jurídicas da UNICAP; Advogado e Cientista Político, Doutor em Direito. Titular da Cátedra UNESCO/UNICAP de Direitos Humanos Dom Helder Camara. Membro do Conselho Diretor da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia

Josefa Lúcia de Andrade Siqueira (Luci) – vice coordenação

Fernando José Pereira Araújo - Secretário

Membros do grupo

Igor Pessoa Burgos

Pedro Henrique C. Wanderley

Lilia Maria Pinto Gondim

Maria do Socorro Ferraz Barbosa

Felix Galvão Batista Filho

José Evaldo Costa

Marcelo Casseb Continentino

Pedro de Oliveira

Ricardo van der Linden de Vasconcellos Coelho

Oscar Paes Barreto

Cloves Eduardo Benevides

Gilberto de Mello Freire Neto

Roberto Franca Filho

Marcelo Canuto

Ex integrantes

José Maurício Valladão Cavalcanti Ferreira

Eduardo Gomes de Figueiredo

Pedro Eurico

Assessoria

Wictor Winicius Santana Almeida

Representante da Prefeitura do Recife

Marcelo Santa Cruz

Senhoras e Senhores

Estamos, neste momento, no solo sagrado da resistência pernambucana, território marcado pelas desigualdades de nossa história, mas também testemunha do espírito rebelde de nossos antepassados, na busca por liberdade e justiça, valores que forjaram o sentimento de pátria que ressignificamos no bicentenário da Independência do Brasil.

O forte do Arraial Velho do Bom Jesus, aqui edificado aqui neste chão, ainda guarda as cicatrizes das guerras coloniais, de uma sociedade construída a partir da escravização de povos africanos e do genocídio das populações indígenas.

A República, embora representasse um avanço civilizatório, falhou na consolidação de um pacto social que incluísse os pobres, negros e seus descendentes e indígenas que constituíam a maior parte da população. Portanto a violência do período colonial e monárquico representado na pólvora e canhões que um dia este Sítio abrigou, pouco mudou em relação ao sentimento de uma nova era política e social, porque ainda não tínhamos um projeto de participação popular.

As elites agrárias e urbanas se perpetuaram no poder ignorando o surgimento da classe operária e do potencial que suas raízes viriam a ter na democracia. Este tipo de poder criou as bases do patronato político brasileiro, como bem descreveu Raymundo Faoro em “Os Donos do Poder” .

Em contestação a esta realidade surgiu o Movimento de Cultura Popular - MCP, desejoso de ser um instrumento de ampliação da democracia brasileira através da educação e cultura popular como ferramentas para o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência política da população, o que traz o empoderamento dos cidadãos que agora tem condições para lutar pelos seus direitos fundamentais.

A ciência não deveria ser mais uma conquista para poucos, os educadores aqui reunidos defendiam que uma nova forma de alfabetizar, agora, a realidade era o insumo mais concreto para aprender a aprender, o método Paulo Freire é desenvolvido, e a alfabetização passa a ser tratada como uma questão de respeito e dignidade humana.

Os pioneiros do MCP como prof. Dr. Germano Coelho, prof. Dr Paulo Freire, profa Norma Porto Carreiro, artistas como Abelardo da Hora, etc, formavam um grupo que desafiados pelo prefeito do Recife Dr Pelopitas Silveira entendeu o acesso à educação como um direito fundamental.

Não é pouco, admitir, que aqui, temos o berço da utopia de uma educação com qualidade social, trata-se de uma geração que protagonizou nas suas vidas o desejo por redemocratização pós ditadura do Estado-Novo.

Quando o movimento estava no seu auge, alcançando as praças e periferias da cidade do Recife, veio a tempestade do golpe civil-militar empresarial de 1964, tanques e armas pesadas voltaram a este chão, agora alimentadas pela intolerância e a polarização ideológica.

Uma noite profunda se abateu sobre nossa Nação, a banalidade do mal, como diria Hannah Arendt, tornou-se o alimento que o leviatã precisa para ter seu poder baseado na força e na ignorância.

A perseguição do golpe civil-militar ao movimento de Cultura Popular é melhor explicitada nos relatos do livro, *MCP: História do Movimento de Cultura Popular*, de Germano Coelho, como na entrevista do historiador Geraldo Barroso: “64 foi o grito de medo, dos que temiam o avanço do Brasil para um país alfabetizado; perseguiram todo pessoal do MCP; fecharam todas as escolas; tocaram fogo em todas as cartilhas” (COELHO, p.174, 20, 2012).

Outro depoimento importante é o do jornalista Juracy Andrade registrado na tese de doutorado de Letícia Barbosa: “O MCP foi fulminado pelos coronéis golpistas e seus assessores. Sua sede e os centros de cultura invadidos; documentos e aparelhamentos saqueados, destruídos ou destinados a outras finalidades” (COELHO, p.174, 20, 2012).

Estes relatos são representativos do quadro de violações em que o país mergulhou, em que muitos jovens perderam a liberdade e a vida, e depois de uma intensa campanha pela anistia, a sociedade, conquistou a redemocratização, através da Constituição de 1988.

O processo transicional Brasileiro iniciou atendendo à dimensão da reparação, avançamos no direito à memória e à verdade, mas ainda incompleto, pela incapacidade de implementar o eixo da justiça. Infelizmente, ainda impunes, torturadores e agentes do Estado Ditatorial não foram responsabilizados pelos seus crimes. Neste sentido, estamos ainda agredindo a dignidade dos mortos e desaparecidos quando não temos respostas do Estado sobre as dimensões da Justiça de Transição, a saber: a reparação, o direito à memória, à verdade e a reforma das instituições.

Os direitos transicionais são doutrinariamente equiparados aos direitos e garantias fundamentais, por força de tratados de direitos humanos dos quais Brasil faz parte. E, para sua plena recepção, precisamos compreendê-los como uma justiça de transição programática, ou seja, sua aplicação depende de políticas públicas e da criação de órgãos que possam acompanhar as recomendações e sugerir medidas legislativas para o aperfeiçoamento do aparato institucional democrático.

Neste sentido ainda são poucos os memoriais edificadas no Brasil com esta finalidade, escreveu Felipe Eleutério Hoffman, através da tese, “MUSEUS E MEMÓRIAS DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA NO

BRASIL: um estudo sobre documentos, justiça de transição e os espaços de rememoração”, pesquisa apresentada em 2020, em Belo Horizonte, UFMG.

Nesta pesquisa, o autor relacionou 25 recomendações entre projetos de Museus e Memoriais Conforme os relatórios finais da CNV e Comissões Estaduais da Verdade, desse levantamento, temos uma lista seis equipamentos em funcionamento no Brasil e o Memorial da Democracia é o sétimo, ou seja, ainda temos, outros 18 equipamentos a serem construídos.

Neste ponto quero registrar o compromisso inicial do governador Eduardo Campos e do atual governador do Estado de Pernambuco Dr Paulo Camara e do Prefeito do Recife Dr João Campos, na retomada da agenda da justiça de transição programática. E quero destacar que o governador atuou com atenção aos cuidados com a Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Camara, ainda na etapa final dos trabalhos, dando apoio e publicização ao Relatório final da Comissão da Verdade, e neste ano, que celebramos 10 anos da Comissão da Verdade, atendeu e designou a vice-governadora Dr Luciana Santos para ser a condutora do Grupo de Trabalho para efetivação do Memorial da Democracia. Ressalto ainda que o prefeito do Recife, João Campos atendeu ao chamado histórico de dar ao Casarão do Sítio Trindade a centralidade que ele ocupa na história da resistência democrática. O seu ato hoje de sancionar a Lei que autoriza a cessão do Casarão para o Estado de Pernambuco é um ato que engrandece a municipalidade, tornando-se um estadista.

A Comissão e o Memorial foram criados em 2012, como irmãs, foram através da Lei Estadual nº 14.688/12 a Comissão da Memória e da Verdade Dom Helder Camara e o Memorial da Democracia de Pernambuco. O Governador atendendo a recomendação do Grupo de Trabalho nomina o Memorial de Fernando de Vasconcellos Coelho, ex-coordenador da Comissão da Verdade.

É importante registrar que o Grupo de Trabalho “Memorial da Democracia de Pernambuco”, foi instituído em 3 de novembro de 2021, quando da assinatura Decreto nº 51.751, pelo Governador Paulo Camara, com a finalidade de discutir formas de estruturação do acervo documental produzido pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara – CEMVDHC (criada pela Lei Estadual nº 14.688/12) e de concretização das recomendações constantes do relatório final da respectiva Comissão.

No dia 26 de maio de 2022, através do ofício nº04 /2022, formalizamos o pedido de tombamento do Acervo da Comissão da Memória e da Verdade Dom Helder Camara de Pernambuco. Neste instrumento, elencamos uma série de considerandos que gostaria de retomar: “A necessidade de democratização do acesso aos bens de cultura pelas gerações presentes e futuras”.

No dia 9 de dezembro de 2022, foi assinado pelo governador Paulo Camara o decreto que formaliza o tombamento do Acervo da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Camara (CEMVDHC). Com 70 mil documentos catalogados e já digitalizados, o arquivo conta com documentos institucionais, certificados, homenagens, processos, material audiovisual, registros de óbito, livros, prontuários, fotografias, depoimentos e entrevistas, e foi constituída a partir dos trabalhos da comissão entre 2012 e 2016.

A história da criação do Memorial acha-se registrada no Relatório Final do Grupo de Trabalho que tem reunido nos últimos dois anos e que será entregue ao Governador ainda neste final de ano de 2022.

Entre as atribuições do Memorial está a de receber o acervo tombado pelo governo do Estado de Pernambuco, de documentos produzidos pela Comissão Estadual e exercer seu papel de órgão de continuidade.

O Memorial, em sua ação educativa, publicizará para as futuras gerações o ideal da democracia como único sistema capaz de defender os direitos humanos; outra função regimental é monitorar as recomendações da CEMVDHC.

Desejamos que o Memorial seja, como foi no passado o MCP, um espaço dinâmico, de homenagem às heroínas e aos heróis de pernambucanos, conforme disposição regimental, publicada no dia 8 de dezembro de 2022. Preservando a memória dos fatos, dos personagens que contribuíram para a volta da democracia no Brasil e defesa dos direitos humanos.

Conforme o regimento interno do Memorial, publicado no Diário Oficial no dia 8 de dezembro de 2022, no seu Art. 16, determina:

“Art. 16 Caberá ao Conselho indicar ao(a) Governador(a) do Estado nomes de pessoas já falecidas, pernambucanos(as) ou pessoas oriundas de outros Estados mas vinculadas a Pernambuco, que sejam ligadas a democracia e a luta dos Direitos Humanos, para figurarem no Livro de Honra dos heróis ou heroínas do Estado, escolha essa que sempre ocorrerá por maioria absoluta do Conselho Deliberativo”.

**Concluo ressaltando que a MEMÓRIA alimenta o fogo de nossa história, e portanto, homenageamos nossas heroínas e heróis não apenas por eles e por nós, mas pelos que virão e assumirão a luta permanente pela democracia, pela dignidade humana e pela vida. Peço licença para ler um poema de Gonzaguinha que traz isso de forma muito forte. Assim diz:**

Memória de um tempo  
Onde lutar por seu direito  
É um defeito que mata  
São tantas lutas inglórias

São histórias que a história  
Qualquer dia contará  
De obscuros personagens  
As passagens, as coragens  
São sementes espalhadas nesse chão  
De Juvenais e de Raimundos  
Tantos Júlios de Santana  
Nessa crença num enorme coração  
Dos humilhados e ofendidos  
Explorados e oprimidos  
Que tentaram encontrar a solução  
São cruzes sem nomes, sem corpos, sem datas [...]  
E tantos são os homens por debaixo das manchetes  
São braços esquecidos que fizeram os heróis  
São forças, são suores que levantam as vedetes  
Do teatro de revistas, que é o país de todos nós  
São vozes que negaram liberdade concedida  
Pois ela é bem mais sangue  
É que ela é bem mais vida  
São vidas que alimentam nosso fogo da esperança  
O grito da batalha  
Quem espera, nunca alcança  
Quando o Sol nascer  
É que eu quero ver quem se lembrará  
Quando amanhecer  
É que eu quero ver quem recordará  
Eu não quero esquecer  
Essa legião que se entregou por um novo dia  
Eu quero é cantar, essa mão tão calejada

Que nos deu tanta alegria

E vamos à luta

Gonzaguinha.

Fernando Vasconcellos Coelho, presente!

Manoel Severino Moraes de Almeida – Ex-Coordenador do Grupo de Trabalho Memorial da Democracia. Membro do Conselho Diretor da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia.

#### Referências

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder - formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Editora Globo, 1958.

COELHO, Germano. MCP: História do Movimento de Cultura Popular. Recife. Editora CEPE, 2012.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. MUSEUS E MEMÓRIAS DA REPRESSÃO E DA RESISTÊNCIA NO BRASIL: um estudo sobre documentos, justiça de transição e os espaços de rememoração. Belo Horizonte. UFMG. 2020,